

# **Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

*Habitational demands of lone parent families under female responsibility and municipal public policies developed by PROLAR from 2004 to 2007 in Ponta Grossa – PR*

**Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco**

Universidade Estadual de Ponta Grossa – GETE  
julianathaisa@hotmail.com

## **Resumo**

O presente artigo tem o objetivo compreender as relações entre a demanda das mulheres chefes de família e a política habitacional desenvolvida pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, tomando como referência o período de 2004 a 2007. A operacionalização da pesquisa foi desenvolvida através de coleta de dados quantitativos a partir do cadastro socioeconômico da PROLAR e de dados qualitativos que foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, com as mulheres responsáveis pelos imóveis dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre. O trabalho evidenciou que as famílias chefiadas por mulheres, moradoras dos empreendimentos selecionados, apresentam várias precariedades como baixa escolaridade, baixa renda e escasso acesso ao mercado de trabalho formal, e que, apesar da presença expressiva de famílias mono parentais femininas de baixa renda, o Poder Público Municipal de Ponta Grossa considera a população demandante da habitação popular como um grupo homogêneo e não tem realizado políticas sociais que envolvam as desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Estado. Habitação. Espaço urbano. Gênero.

## **Abstract**

This article aims to understand the relationship between the demands of head-of-household women and housing policies developed by the Housing Company of Ponta Grossa (PROLAR), using the period between 2004 and 2007. The operationalization of the research was carried out by collecting quantitative data from PROLAR socioeconomic registers and qualitative data obtained through semi-structured interviews with women responsible for properties in Housing Developments Jardim Jacarandá I and II and Jardim Alto Alegre. The study showed that families headed by women, residing in the selected enterprises, face several precariousness, such as low education, low income and poor access to the formal working market, and that despite the significant presence of low-income female lone parent families, the Municipality of Ponta Grossa considers the population who demands popular habitations as a homogeneous group and has not carried out social policies targeted to gender inequalities.

Keywords: State. Habitation. Urban space. Gender.



## **Introdução**

O presente artigo tem o objetivo de compreender as relações entre a demanda das mulheres chefes de família e a política habitacional desenvolvida pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, tomando como referência o período de 2004 a 2007. O IBGE aponta que no período de 1996 e 2006, o crescimento de mulheres chefes de família no Brasil aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões, com uma variação de 79%, enquanto que o número de homens chefes de família aumentou apenas 25% no mesmo período.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2007 mostra que 47% das famílias de mulheres sem cônjuge viviam com até  $\frac{3}{4}$  de salário mínimo *per capita* e que a situação econômica se agrava entre as famílias com dependentes menores de dezesseis anos. Entre 1996 e 2006, aumentou a proporção de mulheres com filhos que viviam com rendimento familiar até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, passando de 69,3% para 74%. No entanto, no caso das mulheres com rendimento familiar *per capita* de dois salários mínimos ou mais verificou-se uma redução de 47,7% em 2006.

As famílias de baixa renda chefiadas por mulheres constituem um importante grupo focal de análise do espaço urbano, notadamente quando se considera o papel do Estado na criação de políticas públicas distributivas e de combate à pobreza. O presente artigo, portanto, tem o objetivo de compreender as relações entre a demanda das mulheres chefes de família e a política habitacional desenvolvida pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, tomando como referência o período de 2004 a 2007 da área urbana do município.

Os programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Público Municipal de Ponta Grossa estão sob a responsabilidade da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, principal responsável pelas ações de desenvolvimento do acesso à habitação de grupos sociais de baixo rendimento, através das três modalidades de empreendimentos: Condomínios sociais, Conjuntos habitacionais e os Loteamentos urbanizados. Os Condomínios Sociais são condomínios fechados, com casas geminadas de placas de concreto com 24m<sup>2</sup> cada. Os Conjuntos habitacionais são destinados às famílias de renda inferior ou igual a um salário mínimo, com prazos de pagamentos de setenta e dois a noventa e seis meses, cada casa possui de 32m<sup>2</sup> a 35m<sup>2</sup>, em terrenos individuais. Os loteamentos urbanizados atendem às famílias com renda entre um a três salários mínimos e é financiado pela Companhia no prazo de noventa e seis meses.

Os programas mais procurados pelas mulheres chefes de família são os empreendimentos com casa, levando em conta a dificuldade da autoconstrução e a baixa renda. Considerando esse fato, foram selecionados para a pesquisa os Conjuntos Habitacionais que apresentam um número expressivo de mulheres mutuárias: Jardim Jacarandá I, com 48,8% de mulheres chefes de família; Jardim Jacarandá II, com 66,6% e Jardim Alto Alegre, com 78,8%.

Os Conjuntos habitacionais, focos deste artigo, são destinados às famílias de renda inferior ou igual a um salário mínimo, com prazos de pagamentos de setenta e dois a noventa e seis meses, cada casa possui de 32m<sup>2</sup> a 35m<sup>2</sup>, em terrenos individuais, com valor da parcela variando de R\$ 55,00 a R\$ 45,00.

As evidências do aumento da demanda feminina por programas habitacionais já havia sido constatada por Prochner (2005) que demonstrou que dos vinte e sete empreendimentos estudados por ela, onze apresentavam 40% dos imóveis sob responsabilidade feminina entre o período 1989 a 2003. O período de 2004 a 2007, foco deste estudo, evidencia que dos dez empreendimentos concluídos, seis apresentam 40% dos imóveis sob responsabilidade feminina.

Conforme dados da PROLAR, atualmente há um total de 6.599 famílias cadastradas à espera de habitações. Desse total, 3.219 tem com titular a mulher. Do total de demandas realizadas por mulheres, 2.176 famílias são monoparentais com responsabilidade feminina, sendo que 1.108 delas possuem renda aproximada de um salário mínimo.

Embora a demanda habitacional feminina, sobretudo, das mulheres chefes de família, seja expressiva, ainda não foi desenvolvida uma política pública de enfrentamento mais sistemático dessa questão. Prochner (2005) relata em seu trabalho apenas uma iniciativa pontual e equivocada do ex - Prefeito Jocelito Canto em 1997 com o lançamento do Condomínio PAI. Segundo a autora, essa ação levou a problemas de segregação, já que as mulheres ali moradoras reclamavam dos furtos que sofriam em função da área ser reconhecida pela inexistência da presença masculina nas habitações.

As famílias mono parentais femininas, de baixa renda, ainda não constituem um grupo focal de interesse na formulação de políticas públicas em Ponta Grossa. Suas demandas são vistas como atendidas de forma “natural”, sem que esse grupo seja compreendido como especial no que diz respeito à sua vulnerabilidade social e a potencial reprodução ampliada da pobreza urbana nas futuras gerações, considerando que as crianças componentes deste perfil

## **Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

familiar acabam atuando para auxiliar na composição da renda familiar e frustram suas chances de sucesso escolar e conquista de melhores postos de trabalho quando adultos.

A operacionalização da pesquisa foi desenvolvida através de coleta de dados quantitativos a partir do cadastro socioeconômico da PROLAR e de dados qualitativos que foram obtidos através de dez entrevistas semiestruturadas com as mulheres responsáveis pelos imóveis dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre.

A análise empreendida está estruturada em duas seções. Na primeira seção realiza uma discussão em torno da relação entre as ações promovidas pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR e o perfil da demanda das mulheres chefes de família. Na segunda seção, são exploradas, através da vivência cotidiana das mulheres chefes de família, as demandas e expectativas que as moradoras dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre nutrem.

Enfim, este trabalho realiza, além de uma contribuição à ciência geográfica na abordagem de gênero, uma indicação de demandas sociais que o Estado deve considerar na elaboração de políticas públicas habitacionais.

### **Mulheres chefes de família: demanda habitacional e políticas desenvolvidas pela PROLAR**

Essa seção explora as demandas das mulheres chefes de família no que diz respeito ao acesso à habitação e as respostas dadas pelo poder público municipal. Uma característica da urbanização da cidade de Ponta Grossa é segundo SCHEFFER (2003), é a promoção de ações por parte do Poder Público Municipal que contribuem para o aumento da periferia e conseqüente valorização especulativa de áreas marginais. Conforme Santos (1987), essas áreas são habitadas por indivíduos que não são cidadãos, pois não têm acesso aos direitos coletivos, aos direitos sociais e aos direitos políticos individuais.

Prochner (2005), ao analisar os empreendimentos promovidos pela PROLAR de 1989 a 2003, demonstrou o crescimento das famílias com responsabilidade feminina como demandantes de habitação. Entre os anos 1989 e 1996 a PROLAR atendeu 4430 famílias, sendo que 70,1% de homens e 29,9% de mulheres. No período de 1997 e 2003 foram atendidas 2502 famílias, 58,1% chefiadas por homens e 41,9% chefiada por mulheres. Prochner (2005)

afirma que há um número crescente de famílias mono parentais com responsabilidade feminina que se integram aos programas habitacionais da cidade. Conforme dados da PROLAR, em 2008 havia um total de 6.599 famílias cadastradas à espera de habitações. Desse total, 48% tem com titular a mulher. Do total de demandas realizadas por mulheres, 67% famílias eram mono parentais com responsabilidade feminina, sendo que 51% delas possuíam renda aproximada de um salário mínimo.

Apesar da demanda feminina crescente, as políticas habitacionais carecem de uma formulação que contemple a inserção da categoria de gênero em seu escopo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) têm demonstrado que as mulheres chefes de família constituem um grupo expressivo nas áreas urbanas do país. O IBGE aponta que no período de 1996 e 2006 o crescimento de mulheres chefes de família no Brasil aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões, com uma variação de 79%, enquanto que o número de homens chefes de família aumentou apenas 25% no mesmo período.

O aumento do número de famílias mono parentais femininas de baixa renda em Ponta Grossa é um fenômeno de várias implicações sociais mais amplas. Além das implicações da reprodução ampliada da pobreza urbana, há um aspecto de desigualdade de gênero, como aponta Silva (2007, p. 125), com base nos dados do IBGE de 2000:

Em Ponta Grossa, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílios se enquadram na faixa salarial de zero a dois salários, enquanto que a proporção dos homens nesta mesma faixa é de 35,3%. Na faixa de renda mais alta, acima de vinte salários, os homens representam 4%, enquanto as mulheres apenas 1,2%.

Os aspectos da vulnerabilidade social e econômica das famílias mono parentais femininas, de baixa renda, devem ser tomados como responsabilidade de um conjunto social e objeto de políticas públicas por parte do Estado, já que este grupo social possui:

alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ele representa, já que os filhos substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e trabalho acabam sendo frustradas (SILVA, 2007, p. 125).

## **Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

O fenômeno da pobreza não é homogêneo e há especificidades sociais, como a divisão sexual do trabalho, que devem ser consideradas como o papel social construído da maternagem que implica a guarda dos filhos, quase que exclusivamente às mulheres, o pequeno esforço de formação profissional para o trabalho remunerado, pois as mulheres de baixa renda, em geral, tornam o casamento e a família os elementos fundamentais de sua identidade e assim por diante. Sarti (1996, p. 43), nos afirma que:

A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia. Este processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres, a partir de um fato histórico fundamental: a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

Dentre as necessidades das famílias urbanas a serem consideradas está a habitação, como um bem

que significa mais do que a aquisição de uma mercadoria, mas também a conquista de um objetivo que é sinônimo de tranquilidade e segurança, notadamente para aquelas famílias de baixa renda.

No caso das demandas habitacionais das famílias chefiadas por mulheres de baixa renda, há especificidades de gênero que devem ser levadas também em consideração como, por exemplo, a dificuldade dessas mulheres em atuarem em programas de autoconstrução da casa. Além do fato das mulheres não terem desenvolvido ao longo de suas vidas habilidades para atuarem como construtoras há também o fato de que já cumprem duas jornadas diárias de trabalho, fora e dentro de casa, e não conseguem ter tempo livre para o processo construtivo.

Para este artigo foram analisadas as demandas das mulheres chefes de família que se transformaram em mutuárias da PROLAR. Foram considerados como amostra para a investigação os empreendimentos com expressiva presença feminina como responsáveis pelo imóvel, como pode ser observado no Quadro 1 a seguir:

<b>Empreendimentos Selecionados</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nº de famílias atendidas</b>	<b>Nº de famílias com mulheres sendo chefes</b>	<b>Proporção de mulheres chefes de família</b>
Jardim Jacarandá I	Conjunto Habitacional	84	41	48,8%
Jardim Jacarandá II	Conjunto Habitacional	66	44	66,6%
Jardim Alto Alegre	Conjunto Habitacional	198	156	78,8%

Quadro 1 – Empreendimentos promovidos pela PROLAR selecionados para a pesquisa devido à expressiva presença feminina responsável pelo imóvel

Fonte: PROLAR

Organização: Juliana Pacheco

**Demandas habitacionais de famílias mono parentais com  
responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais  
desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

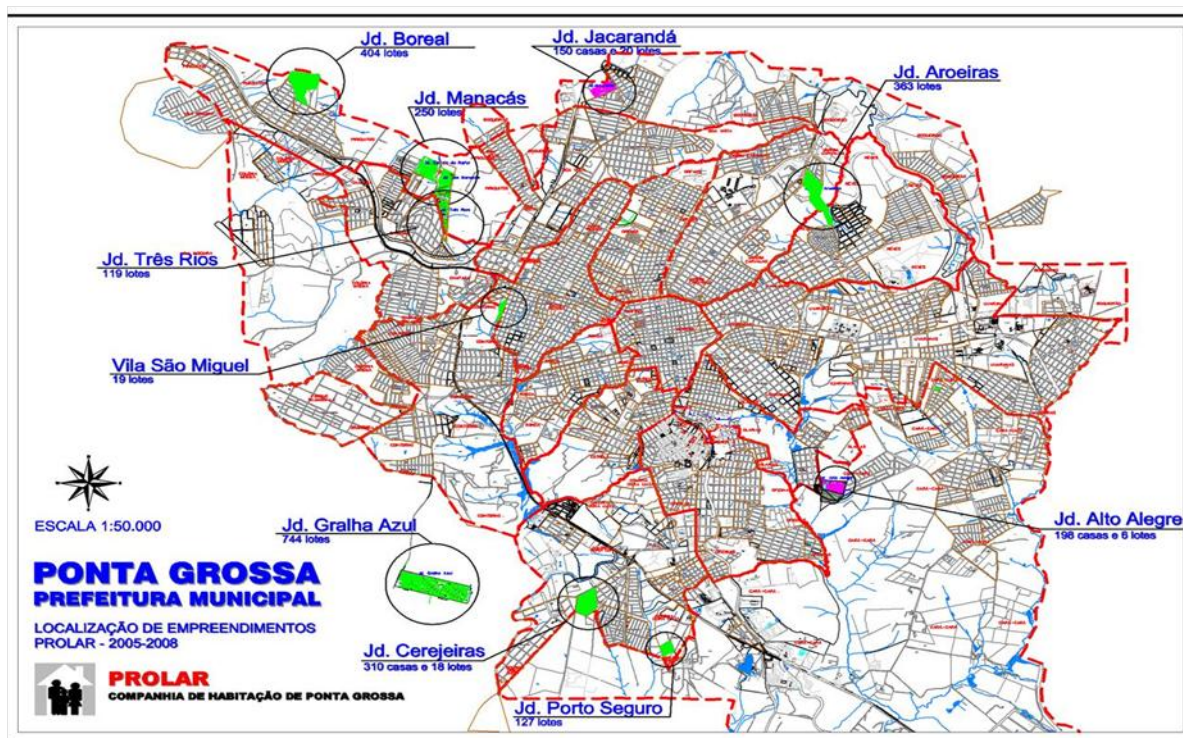


Figura 1 - Localização dos empreendimentos / PROLAR – 2005-2008  
Organização: PROLAR – Companhia de Habitação de Ponta Grossa

Os conjuntos habitacionais com predominância feminina localizam-se na periferia urbana da cidade de Ponta Grossa, conforme demonstrado na figura 1, e possuem baixa infraestrutura, o que dificulta o acesso dos moradores a alguns serviços urbanos.

O Jardim Jacarandá I possui 84 unidades habitacionais, com prazo de pagamento de 96 meses, cada casa possui 35m<sup>2</sup>, com valor da parcela de R\$ 55,00. O Jardim Jacarandá II possui 66 unidades habitacionais, com prazo de pagamento de 72 meses, com valor da parcela de R\$ 45,00, cada casa com 32m<sup>2</sup> em terrenos individuais, totalizando 150 unidades. Cada unidade habitacional teve um custo de 13 mil reais, sendo que desses o Poder Público subsidiou 77% da obra.

Os Conjuntos Habitacionais focos desse estudo, contam com infraestrutura básica de água, esgoto, luz e iluminação pública. São desprovidos de calçamento, arborização, galerias pluviais. As escolas e creches são distantes do Conjunto, bem como as unidades de saúde. Além disso, não há telefone público dentro destas áreas residenciais e tampouco a circulação do transporte coletivo.

A demanda de mulheres chefes de família de baixa renda em relação aos empreendimentos da PROLAR é

considerada como uma demanda comum, que é satisfeita como as demandas dos demais grupos sociais. Não existe interesse em focar este perfil familiar para o desenvolvimento de projetos integrados. Assim, mesmo que a PROLAR resolva o problema da moradia, há uma série de outros fatores que impulsionam a não permanência dessas famílias nos conjuntos habitacionais.

É preciso lembrar que, numa família em que há a força de trabalho masculina e feminina ocorre uma certa divisão sexual do trabalho e, em muitos casos, as mulheres se encarregam do cuidado com os filhos e da casa, permanecendo com baixa mobilidade urbana nas periferias longínquas, enquanto os homens realizam maiores deslocamentos para realizar as atividades laborais de provedor da casa, como aponta Ornat (2005). No caso das famílias mono parentais femininas, as mulheres, tanto desempenham o papel da maternagem, como acumulam o papel de provedoras dos recursos econômicos de manutenção das famílias, tal qual aponta Prochner (2005). Assim, a moradia em áreas distantes de locais de trabalho, longe de serviços e infraestrutura e de falta de transporte que promova a mobilidade, torna a permanência dessas famílias nesses conjuntos, praticamente insustentável.

O perfil das 348 famílias, em especial aquelas com

## Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR

chefia feminina, que participam dos programas habitacionais da PROLAR, Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre, foi realizado a partir do cadastro socioeconômico da instituição. Do total de 348 famílias, 69,3% são de responsabilidade feminina. Esta condição ocorre por vários motivos como divórcio, separação, viuvez e, ainda, quando ocorre a coabitação com um cônjuge que legitima a mulher como provedora da família.

Devido ao fato desses Conjuntos Habitacionais serem destinados à população de baixa renda, encontramos um expressivo número de mulheres responsáveis pelo imóvel, como podemos observar no gráfico 1:

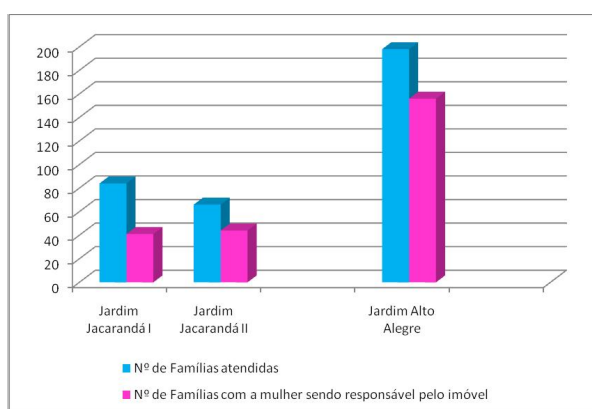


Gráfico 1: Comparativo de famílias atendidas pela PROLAR através dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

O gráfico 2 demonstra as diferenças entre os universos femininos e masculinos na chefia familiar.

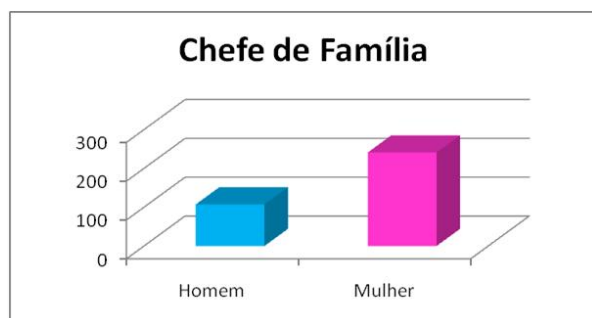


Gráfico 2: Chefia familiar segundo sexo nos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Podemos perceber no gráfico 3, que 32,8% dos responsáveis pelo imóvel estão na faixa etária de 30 a 40 anos, 31% de 18 a 30 anos e 25,6% estão entre 40 a 55 anos e apenas 10,6% estão acima de 55 anos.

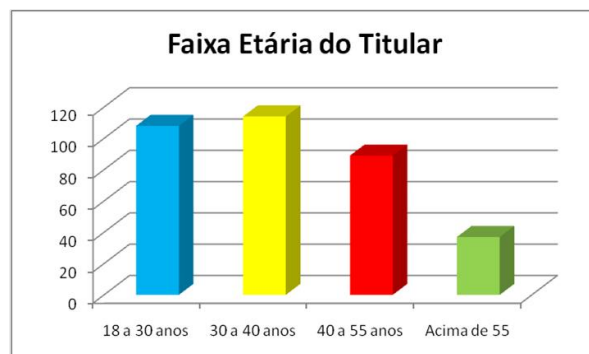


Gráfico 3: Faixa etária do responsável pelo imóvel.  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Outra característica do perfil das famílias do Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre é que 62% possuem renda igual ou inferior a um salário mínimo, 37,1% das famílias têm renda de um a três salários mínimos e apenas uma família (0,3%) possui renda superior a três salários mínimos.

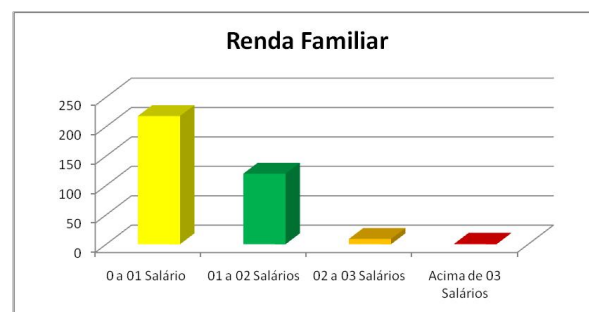


Gráfico 4: Renda Salarial das famílias  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Ao tratarmos da renda familiar constatamos que um levado número de famílias, 68,7% se encontra em relações informais de trabalho e ocupação. Apenas 12,6% estão trabalhando no mercado formal e 18,7% das famílias recebem algum tipo de benefício como auxílio doença, aposentadoria ou são pensionistas.

**Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

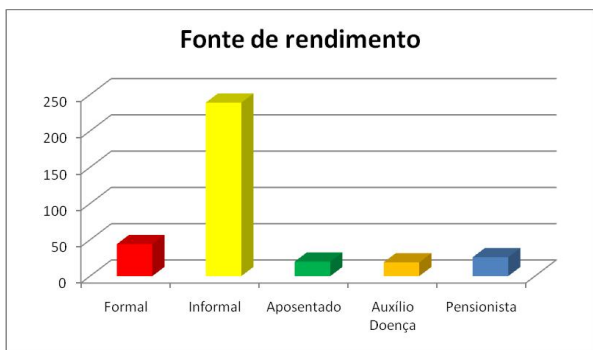


Gráfico 5: Fonte de rendimento  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Outra questão ligada à condição de vida e trabalho é a escolaridade do titular. 71,9% possuem de 1º a 8º série, 23,6% possui o ensino médio e apenas 0,9% ensino superior.

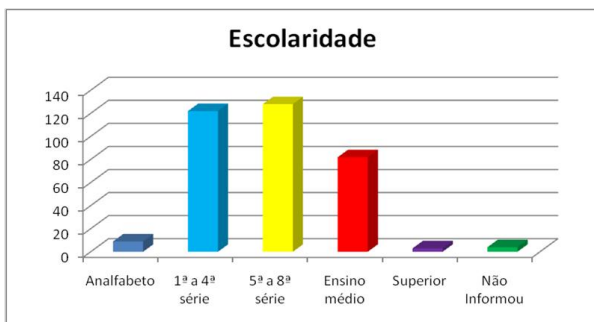


Gráfico 6: Escolaridade do responsável pelo imóvel  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Identificamos que das 348 famílias 33,5% possui apenas um dependente, verificamos que 25% possuem dois dependentes e 18,7% três dependentes. Mas podemos identificar que 18,9% possuem de quatro ou mais dependentes.

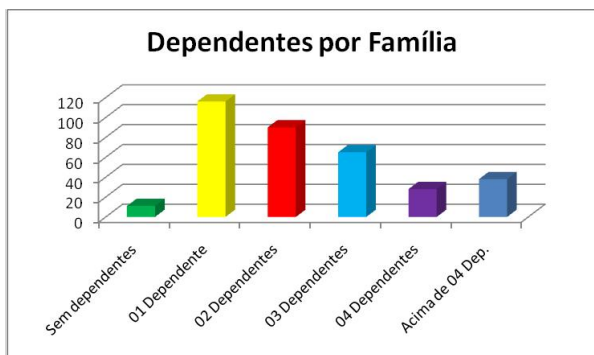


Gráfico 7: Número de dependentes por família  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Em relação com a idade dos dependentes identificamos, a partir do gráfico 8, que a maioria dos dependentes estão nas faixas etária de 0-6 anos e de 7-14 anos, 41% e 36,6% respectivamente.

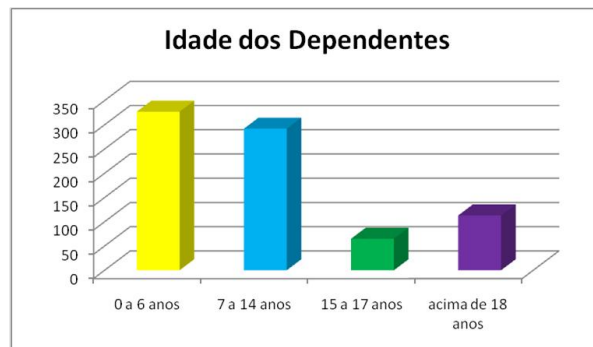


Gráfico 8: Idade dos dependentes  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

A análise realizada evidencia que as famílias, inclusive as chefiadas por mulheres, apresentam várias precariedades como baixa escolaridade, baixa renda e escasso acesso ao mercado formal de trabalho. No caso da chefia familiar feminina, tais precariedades também se agravam pelo fato de que acabam por ter que desempenhar, além do tradicional cuidado com a casa e a família, a geração da renda econômica.

**As demandas das famílias monoparentais femininas e o sonho da “casa rosa”**

Tendo por objetivo a exploração das demandas e expectativas das mulheres chefes de família, moradoras dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre, cujos empreendimentos possuem alta concentração do grupo focal que esta pesquisa investiga, durante o trabalho de campo, houve a percepção de um fato que, num primeiro momento, pareceu uma coincidência.

As casas das mulheres, em sua grande maioria, eram pintadas de “rosa”. A cor rosa é socialmente identificada como uma cor feminina. Contudo, em um primeiro momento, esse fato não foi valorizado. Depois da análise das entrevistas realizadas e da reflexão em torno da exploração do campo pesquisado, foi possível constatar que a cor rosa, expressa nas paredes externas das residências das mulheres chefes de família, tinha um significado e expressava uma mensagem. A mensagem identificada era a de que se

**Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

tratava de uma casa cuja autoridade e a conquista eram femininas. Assim, procuramos expressar através da exploração das vidas cotidianas das mulheres chefes de família, as expectativas e as demandas dessas mulheres em torno da habitação em Ponta Grossa.

As entrevistadas apresentam histórias de vida que se assemelham, levando em consideração que são mulheres que sozinhas assumem inúmeras responsabilidades do ambiente doméstico, além de prover o sustento econômico. Para compreendermos a realidade das mulheres entrevistadas, faremos uma caracterização das mulheres sujeito da pesquisa (Quadro 2).

As mulheres entrevistadas possuem características semelhantes. São responsáveis pelo sustento da casa,

com baixa escolaridade e com renda entre menos de um a dois salários mínimos, com renda *per capita* de 106,43 e 60% das entrevistadas estão inseridas no mercado informal de trabalho. As carências dessas famílias é agravada pela posição em que são construídos os conjuntos habitacionais e a falta de serviços e infraestrutura colocadas por parte do Estado. Esse fato acaba gerando a desistência de famílias que voltam a viver em áreas irregulares, mas próximas de serviços urbanos. O trabalho de Prochner (2005) evidencia esse processo e a decepção das mulheres que mudaram-se para conjuntos habitacionais longínquos e que tiveram suas expectativas frustradas em relação às ações do Estado.

Nome Fictício <sup>1</sup>	Idade	Renda Mensal	Fonte de renda	Escolaridade	Situação conjugal	Atividade profissional	Filhos	% SM*
Girassol	28 anos	R\$ 458,00	Trabalho formal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Balconista	03	110%
Jasmim	41 Anos	R\$ 515,00	Trabalho formal	Ensino fundamental	Separada	Doméstica	01	124%
Lírio	31 Anos	R\$ 415,00	Trabalho informal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Diarista	01	100%
Magnólia	49 anos	R\$ 415,00	Trabalho informal	Ensino fundamental incompleto	Separada	Diarista	04	100%
Orquídea	52 anos	R\$ 600,00	Trabalho informal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Vendedora	07	145%
Tulipa	30 anos	R\$ 600,00	Trabalho formal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Cozinheira	06	145%
Violeta	40 anos	R\$ 600,00	Trabalho formal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Cozinheira	02	145%
Angélica	48 anos	R\$ 415,00	Trabalho informal	Ensino fundamental incompleto	Viúva	Vendedora	04	100%
Azaleia	30 anos	R\$ 250,00	Pensão alimentícia	Ensino fundamental incompleto	Solteira	XX	04	60%
Camélia	44 anos	R\$ 415,00	Trabalho informal	Ensino fundamental incompleto	Solteira	Auxiliar de enfermagem	02	100%

Quadro 2 – Caracterização das mulheres chefes de família entrevistadas nos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre

Fonte: Entrevistas de campo realizadas no período 6 de setembro a 11 de outubro, na moradia das pessoas entrevistadas em Ponta Grossa – PR.

Organização: Juliana Pacheco

\* %SM – Percentual relativo ao salário mínimo vigente



## Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR

Os empreendimentos investigados nessa pesquisa são recentes e as famílias são recém moradoras dessas áreas. Nesse sentido, mesmo frente à todas as precariedades identificadas, as mulheres estão em uma fase de euforia com a realização do sonho da casa e suas experiências espaciais são ainda recentes.

As entrevistas realizadas evidenciam que há duas tendências de avaliação sobre a satisfação de moradia nas áreas pesquisadas. Os aspectos positivos aparecem em 70% das evocações e representam a realização e satisfação de uma etapa vencida, a conquista da casa própria, como demonstra o depoimento de “Camélia ”:

*“Essa casa é um sonho pra mim! É o que eu mais sonhava ter! Um cantinho pra mim e pros meus filhos. Eu não aguentava pagar aluguel, tava pagando aluguel até ontem.”*

Um aspecto relevante dos dados que apresentam satisfação em relação à moradia é o fato de que há um processo de comparação com a situação de moradia anterior. 56,6% das famílias entrevistadas moravam em casas cedidas, na dependência de terceiros; 36,8% pagavam aluguel; 6; 3% moravam em casas irregulares; 0,3% em favela, conforme observamos no Gráfico 9. Além disso, é necessário considerar que 18,7% das famílias são advindas de áreas em situações de risco. Assim, as moradias do Conjunto Habitacional tornam-se excelentes, mesmo frente às dificuldades de acesso aos serviços urbanos.

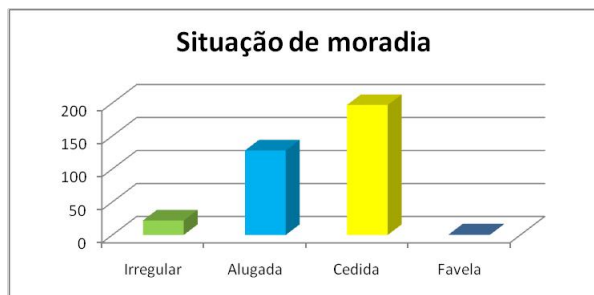


Gráfico 9: Situação de ocupação das famílias selecionadas para os Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre em Ponta Grossa  
Fonte: PROLAR. Organização: Juliana Pacheco

Das moradoras entrevistadas, 60% apontaram como aspectos negativos a distância e a dificuldade de acesso aos serviços. Também estão relacionados à distância da escola, das unidades básicas de saúde, à dificuldade de mobilidade, devido ao fato do ônibus não entrar no Conjunto. Outro fator apontado é a dificuldade de se conseguir vaga na escola/creche. Como comenta a

moradora “Lírio ”:

*A dificuldade maior que é um pouco longe né, trabalho em Oficinas, eu não consegui colocar o menino na creche, que também é longe. Tenho que levar ele com a Vó lá na Santa Paula. Eu tenho que sair de madrugada para chegar no horário do serviço. A creche é muito longe do Conjunto e nunca tem vaga.*

Outro problema enfrentado pelas moradoras é em relação às ruas, que não são pavimentadas e a falta de galerias de águas pluviais geram transtornos, como afirma “Orquídea ”: “A maior dificuldade é a rua e a falta de galeria. A enxurrada entrava tudo na minha casa, com barro e com tudo”.

As dificuldades mais apontadas pelas mulheres são a falta de equipamentos de saúde e educação na área de moradia, em função dos filhos menores sob sua responsabilidade, e o fato de terem que se deslocar para áreas distantes para trabalhar. Desta maneira, as expectativas das mulheres chefes de família englobam o cotidiano da família e a experiência de vida com muitas dificuldades, medos, insegurança, preconceitos e muita luta de garra. Como demonstra “Tulipa ” em seu depoimento:

*Me vejo como uma vencedora, porque não foi fácil, eu batalhei muito e não consegui muitas coisas. Consegui criar meus filhos sem problemas, quando eu me separei todo mundo falava que meus filhos iam ‘virá’ bandido, eu sempre procurava um tempo pra ficar com eles para isso não acontecer. Eu me vejo como uma vencedora de vencer tanta coisa de passar fome e frio, as vezes comia só um pouquinho de comida pra deixar pra eles.*

No que se refere à perspectiva de futuro as mulheres foram unânimes, em relacionar futuro com o aumento da casa e cuidados com os filhos. Camélia diz que sonha em “aumentar minha casa, pois eu tenho dois filhos e a casa é muito pequena, colocar os móveis que eu quero...”.

Apenas 20% citaram que possuem uma expectativa futura nos estudos. A condição de responsável e provedora da família impossibilita essas mulheres à volta ao estudo, como aponta Azaleia: “voltar a estudar é difícil por causa das crianças, não tenho com quem deixar...”.

Quando questionadas sobre sua avaliação da vida sem o cônjuge, as mulheres entrevistadas afirmam, em

## **Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

sua grande maioria, que preferem viver sozinhas, mesmo identificando as dificuldades de manter uma casa e cuidar dos filhos. 100% das entrevistadas mencionaram negativamente o abandono paterno, o abandono financeiro, alcoolismo, ciúme e indiferença. Apenas 20% das entrevistadas aludem positivamente sobre relação com o ex-marido, notadamente quando se trata do pagamento de pensão alimentícia. Como identificamos em trecho de entrevista com “Azaleia”:

*Hoje em dia a gente conversa, não dá pra conversar muito, porque pra ele se eu não quero ele, na cabeça dele, eu tenho outra pessoa, entende. Ele bebe muito, não dá, pra mim não dá, eu vim de uma casa de alcoólatras, mãe alcoólatra, pai alcoólatra. Tive uma experiência horrível, eu não quero pros meus filhos isso. Prefiro eu tocar meu barco, não quero outra pessoa, não procuro outra pessoa. Quero cuidar dos meus filhos e deixe ele lá.*

Quando questionadas sobre a importância da aquisição do imóvel, 20% das entrevistadas alegam que o fato de deixar de pagar o aluguel traz segurança, 40% consideram uma vitória em suas vidas e 30% mencionam o fato de sentirem-se mais independentes. Girassol e Tulipa:

*Estou muito feliz, não tenho que ficar pagando contas sendo inquilino e sem depender de ninguém. Eu paguei muito tempo aluguel. Agora vou pagar o que é da gente, no caso meu e dos meus filhos.*

*A responsabilidade aumentou, mas agora eu pago a minha casa, cuido dos meus filhos e eu mando aqui.*

No que se refere a compreensão que essas mulheres possuem sobre sua situação como responsáveis pela família, foi obtido dois eixos norteadores das respostas: os positivos estiveram ligados aos aspectos de independência, no sentido de liberdade de escolha e controle da família; de vitória e solidariedade de familiares e vizinhos. O sentido negativo esteve relacionado ao peso da responsabilidade assumida na compra do imóvel, no que se refere ao pagamento das parcelas.

Assim, pode-se afirmar que a “casa rosa”, com todos os significados a ela atribuídos, como liberdade, independência e autoridade, constituem um dos focos mais importantes da estruturação das famílias mono parentais femininas. Contudo, as energias para a

manutenção do sonho, frente as dificuldades por elas colocadas em relação à infraestrutura e serviços urbanos que dificulta o cumprimento de sua “dupla jornada” de trabalho, pode levar ao abandono da conquista da casa própria. Enfim, esta análise é uma contribuição, que pode servir ao Poder Público a trilhar caminhos de construção de políticas públicas relacionadas às especificidades de gênero e espaço urbano.

### **Considerações finais**

O artigo teve, como objetivo fundamental, analisar a relação entre as demandas das mulheres chefes de família e a política habitacional desenvolvida pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR, tomando como referência o período de 2004 a 2007. As investigações realizadas evidenciaram que, apesar da presença expressiva de famílias mono parentais femininas de baixa renda, o Poder Público Municipal de Ponta Grossa considera a população demandante da habitação popular como um grupo homogêneo e não tem realizado políticas sociais que envolvam as desigualdades de gênero e muito menos tem suprido as interdependências do papel social feminino no cuidado com a família e seu sustento com as redes de infraestrutura e serviços urbanos.

As famílias chefiadas por mulheres, moradoras dos empreendimentos selecionados, apresentam várias precariedades como baixa escolaridade, baixa renda e escasso acesso ao mercado de trabalho formal. Tais características, somadas ao fato de que as mulheres assumem tanto os cuidados com a casa e a família quanto com o sustento da casa, tornam a localização residencial periférica como um fator de aumento da vulnerabilidade social destes grupos familiares. Isso porque, as periferias não possuem serviços de educação, saúde e transporte que possam auxiliar as mulheres no cumprimento de sua dupla e solitária jornada diária de trabalho.

Contudo, as mulheres entrevistadas mantêm a casa própria como um dos maiores objetivos de vida. As moradoras dos Conjuntos Habitacionais Jardim Jacarandá I e II e Jardim Alto Alegre recém mudaram-se para suas casas e ainda conseguem manter vivo o sonho da “casa rosa”. Por outro lado, a experiência da PROLAR evidencia que o sonho da moradia própria acaba sendo vencido pelo cansaço cotidiano que é desencadeado pela falta de transporte e acessibilidade aos serviços públicos tão necessários às famílias de baixa renda, notadamente as mono parentais femininas, pois a família é integralmente dependente do trabalho das mulheres, tanto no espaço doméstico como na cidade.

## **Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

Esta investigação permite compreender como as relações de gênero marcam de forma expressiva a produção do espaço urbano e que a reprodução da pobreza não é homogênea, cabendo às mulheres chefes de família de baixa renda a maior parte do ônus da distribuição desigual de riqueza e de trabalho. Portanto, o conceito de gênero é pertinente e enriquece a análise das dinâmicas urbanas, além de contribuir para o desenvolvimento da ciência geográfica.

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/>. Acesso em: 3 ago. 2010.

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> >. Acesso em: 3 ago. 2010.

<sup>3</sup> Criada na gestão do Prefeito Municipal Pedro Wosgrau Filho, através da Lei Municipal nº 4.298, de 13 de setembro de 1989, a qual expressa que o órgão criado tem como finalidade atender a demanda habitacional do município. A PROLAR é uma economia mista, sendo que 99% das ações pertencem à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e 1% das ações restantes pertencem aos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal. Sua organização administrativa conta com um Diretor presidente, Diretor técnico, Diretor administrativo e financeiro, além das Divisões de recursos humanos, de desenvolvimento social e o setor jurídico.

<sup>4</sup> Referente ao mês de outubro de 2008. O valor da parcela significa 13%, 11% do salário mínimo.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/>> acesso em 03/08/2010

<sup>6</sup> Esses conjuntos foram desenvolvidos por meio de recursos provenientes da resolução 460, hoje chamada de resolução 518, de 7 de Novembro de 2006, que vai estabelecer diretrizes para a utilização dos recursos e elaboração de propostas orçamentárias do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

<sup>7</sup> Referente ao mês de outubro.

<sup>8</sup> Foram escolhidos os nomes de flores para substituir os verdadeiros a fim de ocultar a identidade das pessoas entrevistadas.

<sup>9</sup> Para se chegar a esse valor, soma-se a renda de todos entrevistados e divide-se o resultado pelo número de pessoas que dependem dessa renda.

<sup>10</sup> Em entrevista realizada dia 11 de outubro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Alto Alegre.

<sup>11</sup> Em entrevista realizada dia 6 de setembro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Jacarandá.

<sup>12</sup> É importante considerar que há legislação federal

que regula esta matéria. A lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 reza que: Art. 1º - O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei. § 5º A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. Nesse sentido, o empreendimento público não está em concordância com a Legislação Federal.

<sup>13</sup> Em entrevista realizada dia 6 de setembro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Jacarandá.

<sup>14</sup> Em entrevista realizada dia 6 de setembro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Jacarandá.

<sup>15</sup> Em entrevista realizada dia 11 de outubro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Alto Alegre.

<sup>16</sup> Em entrevista realizada dia 11 de outubro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Alto Alegre.

<sup>17</sup> Em entrevista realizada dia 6 de setembro de 2008 em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Em Ponta Grossa com moradora do Conjunto Habitacional Jardim Jacarandá.

## **Referências**

ORNAT, M. J. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa - PR**. Iniciação Científica. Ponta Grossa: UEPG, 2005.

PROCHNER, M. **Recente feminização da periferia de baixa renda em Ponta Grossa - PR**: Análise da atuação da Prolar. Ponta Grossa: UEPG, 2005

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, 1996.

SCHEFFER, S. M. **Espaço urbano e política habitacional**: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR. Ponta Grossa: UEPG, 2003.

SILVA, J. M. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, n. 22, p. 97-109, jan./dez. 2007.

**Demandas habitacionais de famílias mono parentais com  
responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais  
desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa - PR**

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ponta Grossa**: um ensaio sobre as potencialidades de uso de gênero na análise geográfica - construindo uma geografia feminista brasileira. Ponta Grossa, 2003.

**Recebido em 10 de agosto de 2010.  
Aceito em 9 de outubro de 2010.**